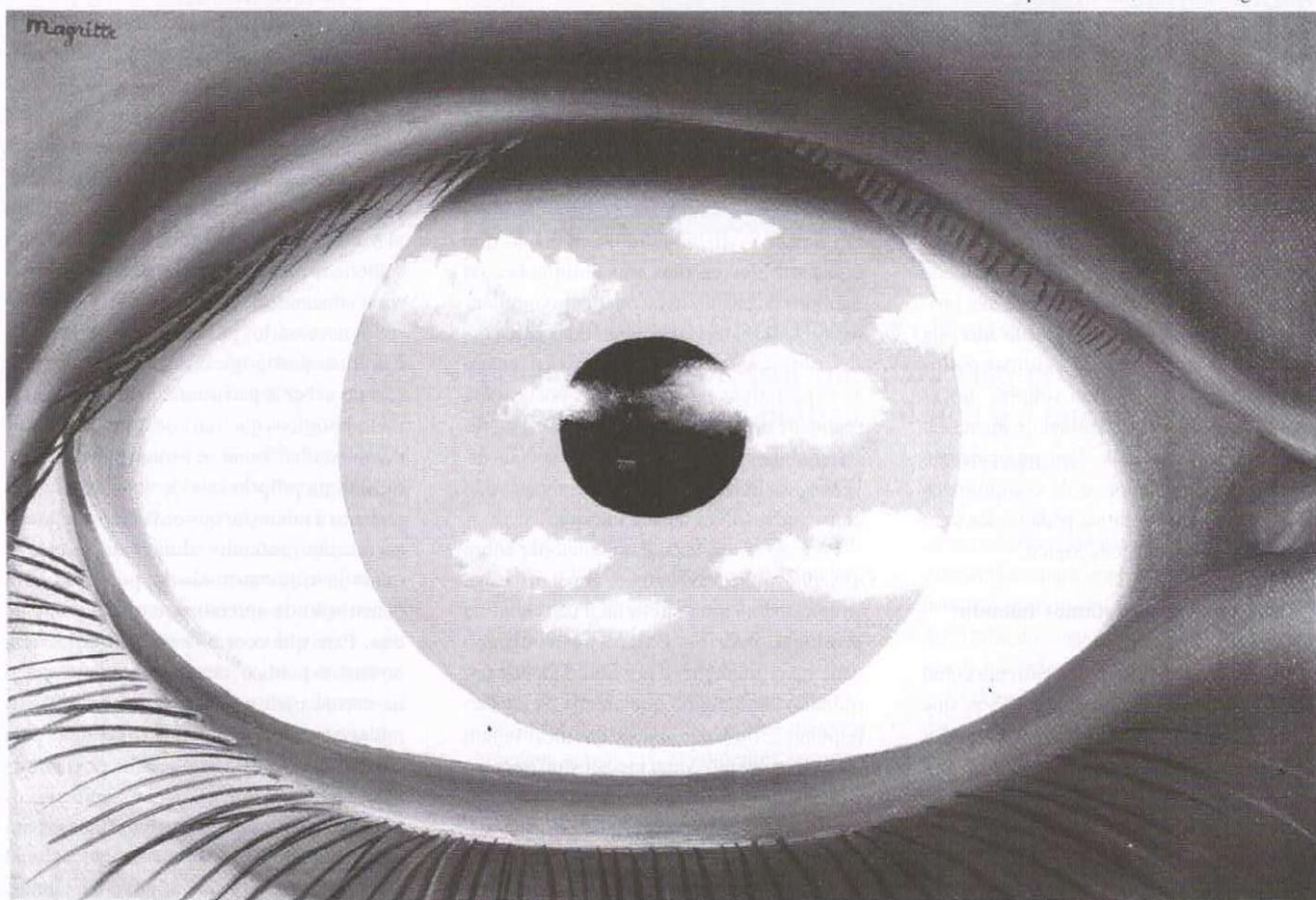


Maria Cristina Elias Esper Stival <sup>1</sup> - Sarita Aparecida de Oliveira Fortunato <sup>2</sup>

## O trabalho do pedagogo na (re)construção do projeto pedagógico da Escola Pública: um compromisso político com a educação

O Espelho Falso, 1935 - Magritte



O que caracteriza o ser humano e o diferencia dos demais seres da natureza é a possibilidade e a viabilidade de criar novas necessidades e fazer delas objetivos que ele busca alcançar. Pode-se dizer que o que determina essa diferença é o trabalho humano, o qual constitui a mediação que o homem necessita para construir-se historicamente possibilitando a realização do usufruir tudo que o trabalho pode propiciar enquanto ação planejada para identificar o melhor meio de resolver as situações vivenciadas na prática social, na busca da

transformação da natureza e de si mesmo.

Portanto, é no espaço de trabalho que os profissionais da educação constroem a possibilidade de refletir sobre os acontecimentos escolares, sobre a prática social vivida pelos componentes que da escola fazem parte e a faz escola de fato. Considera-se que a ação de cada profissional da escola tem a ver com a totalidade, trazendo consigo consequências sociais e pedagógicas. A escola é um local de trabalho que, por sua finalidade e por sua natureza peculiar, supõe critérios especiais de organização e de

compreensão da lógica capitalista na qual está inserida.

A educação é um fenômeno social e universal, sendo uma atividade humana necessária à existência e funcionamento de todas as sociedades. Logo, a escola possibilita a mediação em cuidar da formação dos indivíduos, auxiliar no desenvolvimento de suas capacidades físicas e espirituais, preparando os educandos para a participação ativa e transformadora nas várias instâncias de sua prática social.

A escola, com os profissionais que nela

atuam, pretende ser capaz de propiciar o desenvolvimento do educando, bem como de criar condições para que ocorram aprendizagens significativas e espaços interativos no contexto educacional, promovendo relações de troca e esforços partilhados na construção de soluções comuns.

Assim, a escola comprometida com a transformação da realidade busca a socialização do conhecimento historicamente produzido pelo homem permitindo à classe trabalhadora obter uma visão crítica da sociedade. Essa proposta de escola assumiu formas diferentes no curso da história brasileira, conforme as teorias adotadas tanto em projetos político-pedagógicos quanto no âmbito das políticas públicas. Para Martins (1998), a organização coletiva dos educadores se faz essencial diante dos desafios da profissionalização, pois como cidadãos de uma nova época, precisam explicitar os propósitos que definem a intencionalidade e a dimensão das transformações necessárias no ambiente escolar, a fim de que sua atuação não se restrinja a legitimar políticas, programas oficiais ou simples inovações metodológicas que atingem, apenas, o âmbito da sala de aula, sem preocupação com um projeto maior: o de comprometimento de qualquer prática pedagógica com um projeto político-pedagógico.

### De que escola estamos falando?

A partir da realidade que se enfrenta como profissionais da educação, percebe-se que as escolas públicas brasileiras, na sua maioria, são vencedoras de várias batalhas: em primeiro lugar, venceram a batalha contra a desnutrição, as verminoses, depois, conseguiram resistir à tentação da rua, que seduz com a ilusão de liberdade e, atualmente, enfrentam a realidade do conflito social trazido para o seu interior na forma da violência, muitas vezes sutilmente disfarçado por preconceitos e práticas que relevam o problema. Nos últimos anos a escola não seria mais representada como um local seguro de integração, de socialização, isto é, um espaço resguardado, mas ao contrário, tornou-se um cenário de ocorrências violentas, sejam verbais, físicas ou simbólicas.

O professor precisa ter consciência de que as relações de poder dominante se constroem no cotidiano, em cada atitude que se assume em sala de aula, em gestos, entonações de sua voz e posturas corpo-

rais, automaticamente constatados pelos alunos. Entretanto, os professores também sofrem as conseqüências diretas do próprio desmerecimento do seu trabalho manifestado pelos segmentos escolares, tendo conseqüências na formação do próprio aluno. Conforme Arantagy (1998, p.24), “para que o processo educacional seja bem sucedido, a relação entre professor e alunos deve ser pautada pelo respeito mútuo pela confiança dos alunos no saber do mestre e pela esperança do professor no futuro de seus alunos”.

É fato que muitos professores ainda não tiveram suas técnicas pedagógicas renovadas e, conseqüentemente, não conseguem criar um ambiente de diálogo com os alunos e de interlocução com seus pares. Não foram desenvolvidos espaços para enfrentar o conflito considerando a importância de um debate civilizado. Também é fato que boa parte das escolas são antiquadas, os métodos de ensino inadequados ao momento atual, as matérias fragmentadas e dispersas, isto é, cansativas porque não respondem às expectativas e necessidades postas pela realidade do aluno. A escola pública, ao receber alunos oriundos de classes sociais diversas, assimila problemas sociais que não consegue resolver no seu interior.

Pode-se ter certeza que mencionar sobre a escola pública no contexto brasileiro não é simplesmente uma tarefa fácil de relatar na produção escrita. Existe neste espaço educativo limitações e possibilidades de um trabalho pedagógico que atenda às classes populares, ou seja, alunos que necessitam do conhecimento como mecanismo para superação dos limites da realidade e de conquista da sua dignidade humana.

Mediante mudanças em virtude de diversos fatores como implementação de políticas públicas, alterações provenientes da LDB 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, muitas contradições permeiam o retrato brasileiro do país no que diz respeito à ordem econômica, às alterações na vida familiar, aos profissionais da educação sem condições de qualificação permanente, entre outros. Portanto, a escola pública se depara com situações alternantes que geram novos problemas que se agregam aos já existentes e ampliam a crise no ensino público.

Assim, a necessidade de desenvolver novas formas de organização do trabalho escolar tem sido debatida como ponto comum

entre diversas instâncias do processo educacional, bem como as tendências orientadoras que aparecem ao indicar a condução para os problemas educacionais historicamente instalados na sociedade brasileira. Neste contexto, o Projeto Político Pedagógico apresenta-se como ação norteadora desta realidade que exige um urgente processo de reflexão.

Tais contradições, que se encontram na origem dos conflitos que permeiam a vida escolar, constituem-se em fator prioritário na discussão e construção de uma escola igualitária, justa e democrática. Construir um caminho de análise e reflexão das referidas contradições, reforçando a função formadora da escola voltada para a aprendizagem escolar, concebida como um dos instrumentos de formação cultural e de construção do sujeito ético, político e social é, com certeza, um grande desafio para a sociedade e, em especial, para os educadores e educandos.

É necessário, para tanto, rever projetos e práticas pedagógicas da escola e a produção do saber a partir de encaminhamentos metodológicos que são construídos no cotidiano escolar. Toma-se a iniciativa de investigação na própria sala de aula, no que diz respeito à interação que envolve a dinâmica da relação professor, aluno e sociedade, e quais instrumentos são empregados para construção da aprendizagem propriamente dita. Para que ocorra mudança necessária no ensino público, deve-se dar mais espaço na escola para professores e alunos, estimular o controle democrático da escola pela comunidade, melhorar a gestão escolar, tornar a escola – e aqui particularmente a escola pública – um valor nacional, lutar para modificar o quadro da política educacional diante das demais políticas governamentais.

A escola deve ocupar lugar de destaque que merece. Deve ser tratada com generosidade e rigor conceitual, para que construa um projeto aberto para o futuro, vinculado à democracia e em permanente diálogo com as grandes maiorias. É precisamente esse trabalho urgente que está intimamente associado à proliferação daquele novo tipo de intelectual cujo modo de ser Gramsci dizia, não mais consistir na “eloqüência”, mas numa “inserção ativa na vida prática”.

Pode-se criticar realmente a escola pública brasileira existente, mas temos excelentes motivos para dedicar a ela o melhor de nossos esforços e convertê-la numa cau-

sa ampla, e democrática a serviço da educação. Reconhecer, portanto, que é a partir da escola que está aí, em vez de descartá-la como verdadeiro espelho embaçado do projeto hegemônico das classes dominantes, é que se pretende vincular e acreditar na idéia do alicerce de uma boa escola – uma escola de qualidade, democrática, de massas, universal, pública e gratuita, ou seja, uma escola pública brasileira que acredita na transformação social.

### O trabalho do pedagogo impulsionando o (re)pensar o projeto político pedagógico na escola pública

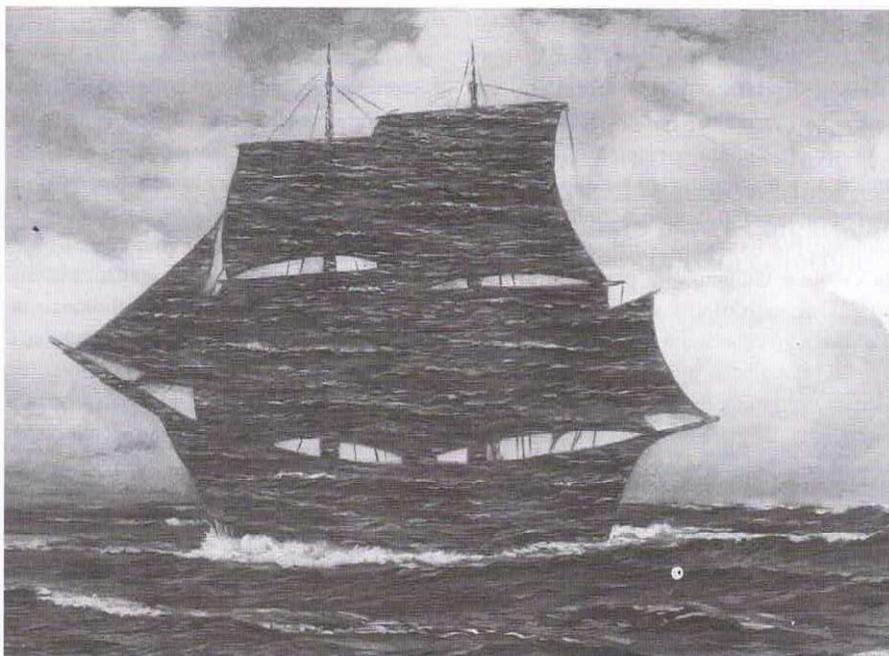
Como refletir sobre as mudanças necessárias no sistema escolar brasileiro? Entende-se que as transformações no sistema escolar implicam o debate e a realização de um novo projeto de sociedade

Os professores-intelectuais possuem a tarefa de combater as ideologias ortodoxas da instituição escolar. Porém, o desenvolvimento desse grupo de intelectuais é gradativo, mas constante, pois:

(...) criar um grupo de intelectuais independentes não é tarefa fácil, exigindo ao longo do processo, com ações e reações, com adesões e dissoluções, com novas formações muito numerosas e complexas; ela é a concepção de um grupo social subalterno, sem iniciativa histórica, que se amplia continuamente, mas de maneira desorgânica e sem poder ultrapassar um certo degrau qualitativo, que está sempre aquém da possessão do Estado, do exercício real da hegemonia sobre toda a sociedade, hegemonia que é a única a permitir um certo equilíbrio orgânico no desenvolvimento do grupo intelectual. (GRAMSCI, 1995 p.107)

Se os professores-intelectuais tomassem consciência de sua função histórica na educação, compreenderiam o processo do desejo à ação educativa. A leitura de Gramsci da situação do intelectual italiano permite refletir sobre a realidade do intelectual no sistema escolar brasileiro, quando afirma que:

O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa saber sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas tam-



O Sedutor, 1953 - Magritte

“A consciência política é o objetivo máximo de toda a formação do professor que para isso postula a influência determinante da prática política e a interferência da experiência da militância”

bém pelo objeto do saber), isto é, acreditar que o intelectual possa ser um intelectual (e não um pedante) (...) Se a relação entre intelectuais (...), se estabelece graças a uma adesão orgânica, na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, desta forma, saber (não de uma maneira mecânica, mas vivencialmente), só então a relação é de representação, ocorrendo a troca de elementos individuais entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos, isto é, realiza-se a vida do conjunto, a única que é a força social; cria-se o “bloco histórico”. (GRAMSCI, 1995, p. 107)

Nesta perspectiva, podemos refletir sobre a gestão democrática nas escolas públicas brasileiras como um processo de abertura à participação da comunidade escolar, sob a forma de democracia representativa (escolha de representantes para compor conselhos, escolha de dirigentes) e sob a forma de democracia direta (participação em reuniões, assembleias, planejamentos coletivos, etc), que precisa ter no horizonte um projeto de sociedade. Diante

da realidade acima descrita, são inúmeras as dificuldades para implantar e consolidar tais políticas que sustentariam a organização de determinados espaços a favor dos interesses da minoria.

Essa consciência política que se liga por dentro com os grandes anseios populares é um compromisso de tal monta que não pode se desenvolver sem um ato pessoal dos profissionais da educação (professores, pedagogos e diretores), que os responsabiliza por uma causa: a partir de uma *opção política*. Tal opção política tem sentido enquanto significa uma “tomada de partido” diante da ambivalência da prática pedagógica e enquanto significa uma posição frente a estas ou aquelas forças políticas já presentes no contexto da prática pedagógica como prática ligada à formação da hegemonia. Ela é, para o professor, a direção de sua ação e a realização do seu sentido como dirigente.

A consciência política é o objetivo máximo de toda a formação do professor que para isso postula a influência determinante da prática política e a interferência da experiência da militância. O caminhar junto é, para o educador, a forma de crescer e cum-

pir sua tarefa, de concretizar seu papel de militante como intelectual orgânico com a “função diretiva e organizativa, isto é, educativa, intelectual” (Gramsci, 1979: 15).

O projeto aponta para uma direção. É uma ação intencional, com sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também, um projeto político por estar articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. “A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica” (SAVIANI, 1983, p.93). Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

A instrução das novas gerações e das gerações adultas se apresenta, para Gramsci, como um processo contínuo e permanente. Para ele nenhuma profissão está privada de conteúdos e exigências intelectuais e culturais, além da vida moderna implicar num novo entrelaçamento entre ciência e trabalho. Nesse contexto, a formação do “intelectual docente” deveria ter uma formação permanente, decorrente das estruturas organizativas das academias e universidades, não podendo sofrer “descontinuidade” entre os níveis: fundamental, médio e superior. Nesse processo de instrução permanente, dever-se-ia formar um novo intelectual, preocupado e militante da política, do sindicato, do bairro e da comunidade e sociedade a qual está inserido.

A escola unitária ou de formação humanista (entendido este termo, “humanismo”, em sentido amplo e não apenas em sentido tradicional) ou de cultura geral deveria se propor a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade à criação intelectual e a prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa. (GRAMSCI, 1995, p. 121).

Portanto, a construção de um projeto

político pedagógico precisa apresentar elementos de análise que norteiam as ações a serem desenvolvidas: o compromisso com a diminuição das desigualdades sociais; articulação das propostas educacionais com o desenvolvimento econômico, social, político e cultural da sociedade, a educação básica e a escola pública de qualidade, como direitos fundamentais do cidadão, vislumbrando a compreensão dos profissionais da educação como sujeitos transformadores e intelectuais.

Sem desconsiderar a necessária participação dos diversos segmentos envolvidos na ação educacional para a concretização de um projeto político-pedagógico, o foco desta análise dirige-se para o trabalho efetivo do pedagogo no desenvolvimento do projeto da escola, o qual se refletirá através da prática do professor na sala de aula. Neste contexto, o trabalho do pedagogo se evidencia na forma de gestão escolar e compromisso político com a educação, impulsionador do trabalho coletivo na escola voltado para a (re) construção do Projeto Político Pedagógico da mesma. Este impulsionar deve estar impregnado de reflexão e de ação coletiva.

É é pautado neste desafio que o trabalho do pedagogo na gestão da educação se faz presente e necessário. O pedagogo é um profissional da educação que integra a função revestida de conteúdo político, cuja importância é preciso ter presente quando anuncia a intensificação da sua prática (Scheibe, 2004). Para a autora, a característica político-pedagógica do trabalho do pedagogo permite fazer uma dupla categorização de seu papel: mediador entre focos privilegiados do sistema escolar (lideranças administrativas) e a massa dos professores. O pedagógico aqui é entendido como referencial teórico da ação do pedagogo, ou seja, é o que dá sentido e orienta a práxis da escola.

Partindo do pressuposto que as ações administrativas da escola não estão desvinculadas da proposta pedagógica a ser construída na relação cotidiana da mesma com o coletivo da escola, a equipe pedagógico-administrativa composta por pedagogos, diretores e vice-diretores, articulados em suas funções específicas, proporcionam e encaminham ações e reflexões no cotidiano escolar, tendo como competência possibilitar à comunidade escolar momentos de reflexão sobre a prática pedagógica, bem como o esclarecimento e leitura crítica das políticas educacionais vigentes

no espaço escolar. Neste sentido, a possibilidade de haver troca de experiências, avaliação das ações executadas e busca de alternativas que auxiliem o ato educativo e o processo de democratização da escola, juntamente com o Conselho Escolar, crescem e são valorizadas dia a dia.

Uma equipe se caracteriza pela organização e objetivos comuns onde as funções diferenciadas norteiam-se por uma proposta de ação integrada com vistas à tomada de decisões. Portanto, o pedagogo não pode limitar o seu trabalho ao “gabinete”, sua ação não pode ser isolada, necessita estar integrada à Direção e a todos os demais setores da escola. O trabalho do pedagogo só terá sentido se feito em cooperação. Assim, ele não será um trabalho feito para o professor, para o aluno ou para a família deste aluno, mas sim com o professor, com o aluno e com a família. Esta perspectiva de trabalho traz no seu interior a visão da escola como um todo, fator que possibilita a efetivação de uma inter-relação entre a escola e a família de forma que ambas possam agir coerentemente em relação ao aluno e sua formação. Sendo assim, o pedagogo, é um profissional que tem uma contribuição importante para a construção efetiva da escola e da garantia de uma educação básica de qualidade e humanizadora. E essa contribuição se realiza na medida em que promove e participa da articulação de todos os segmentos da escola.

Contribuindo para maior compreensão e reforçando a importância do trabalho do pedagogo escolar para a educação, Scheibe elenca alguns domínios necessários à atuação deste profissional:

Ao pedagogo escolar, por profissão/ formação, cabe dominar sistemática e intencionalmente, as formas de organização do processo de formação cultural na escola. Cabe a ele prover a escola de uma organização tal que cada criança, cada educando, em especial aqueles das camadas trabalhadoras, não veja frustrada sua aspiração de assimilar os conhecimentos, incorporando-os como instrumento irreversível a partir do qual será possível conferir uma nova qualidade às lutas no seio da sociedade. (SCHEIBE 2004, p. 24)

Valorizando a afirmação acima citada, e acordo com as entidades organizadoras do VII Seminário Nacional sobre a Formação

dos Profissionais da Educação e com os educadores presentes, os mesmos apresentam alguns princípios e fundamentos referentes à formação do pedagogo que fundamentam a base comum nacional e expressam a concepção sócio-histórica da educação construída na práxis educacional, que seria interessante elencar a seguir.

Ao pedagogo, portanto, cabe: uma sólida formação teórica, inter e transdisciplinar sobre o fenômeno educacional e seus fundamentos históricos, políticos e sociais, promovendo a articulação e o domínio dos saberes para a compreensão crítica da sociedade brasileira e da realidade educacional, e ainda, apropriação do processo de trabalho pedagógico; interação teoria e prática, que resgata a práxis da ação educativa, como elemento inerente ao trabalho pedagógico, tendo a docência como base da formação profissional; a pesquisa como princípio formativo e epistemológico, eixo da organização e desenvolvimento do currículo; a gestão democrática e o trabalho coletivo como base para a organização do trabalho pedagógico em contextos educativos escolares e não-escolares; o compromisso social, ético, político, e técnico do profissional da educação, voltado à formação humana referenciada na concepção sócio-histórica

da educação e nas lutas dos profissionais articuladas com os movimentos sociais; a articulação entre formação inicial e a continuada do profissional da educação; e por fim, avaliação permanente e contínua dos processos de formação. (Brasília-DF, 2005)

Portanto, o pedagogo necessita refletir sobre o seu próprio trabalho e sua formação inicial e continuada, saindo da perspectiva individual e avançando para a construção de uma proposta coletiva. Para isso, é importante sistematizar a discussão da prática cotidiana que cada um vem realizando na escola e ter compromisso com a história do que já foi realizado. Não pode nunca perder de vista as grandes questões de educação no que se refere às políticas educacionais, às questões específicas da escola que atua e a sua prática pedagógica.

Este é o grande desafio que se coloca diante da formação qualitativa do profissional da educação em questão – o pedagogo. Um pedagogo que acredite na necessidade de prover, coletivamente, um serviço público que garanta o pleno direito à educação e o acesso à cultura para todos os jovens e crianças do país, na perspectiva de conquista da igualdade de oportunidades e de justiça social.

“O pedagogo necessita refletir sobre o seu próprio trabalho e sua formação inicial e continuada, saindo da perspectiva individual e avançando para a construção de uma proposta coletiva.”



O Cinema Azul, 1925 - Magritte

<sup>1 2</sup> Pedagogas de Escolas Municipais de Curitiba e Mestrandas em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTANGY, Lídia Rosenberg. **A violência na escola**. Caderno da TV escola PCN, Ministério da Educação e do Desporto Secretaria de Educação a Distância. 1998.

BRASIL. **VII SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**. Associação Nacional pela Formação dos profissionais da educação (ANFOPE); Associação Nacional de pós-graduação e pesquisa em educação (ANPED); Centro de estudos educação e sociedade (CEDES); fórum de diretores das faculdades/centros de educação das universidades públicas do país (FORUMDIR). Brasília- DF, 2005, mimeo.

GOMES, C. A. **Gestão Educacional: o Brasil no mundo contemporâneo**. Revista “Em Aberto”, v. 19, n. 75, p. 1-189, Brasília, 2002.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 8ª.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

\_\_\_\_\_. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 9ª.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

MARTINS, R. B. Educação para a cidadania: o projeto político-pedagógico como elemento articulador. In: VEIGA, I. P. A; RESENDE, L. M. G de. **Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico**. (Orgs.) Campinas: Papirus, 1998.

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI. Afrânio (orgs). **Escritos de educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p.39-64.

SACRISTÁN, J. G. **Educação pública: um modelo ameaçado**. In: SILVA, T. T. da GENTILI, P. (Orgs.) CNTE, Brasília, 1996.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Autores Associados. 1995.

SCHEIBE, L. **O Trabalho dos Pedagogos Frente às Políticas Públicas e o Cotidiano da Escola: o caráter de trabalho intelectual do pedagogo escolar**. Revista “Chã da Escola”, nº. 3, p.21-24, Curitiba, 2004.

SISMMAC. **5º. Congresso do Sismmac: Educação e Globalização**. Resoluções do Congresso. Curitiba: UFPR, 1997.